

A propósito da divulgação de obras técnicas

ESPÍRITO SANTO MESQUITA.

DO relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos pela Missão Cook enviada ao Brasil em caráter oficial em 1942, constou um capítulo dedicado à tradução e divulgação entre nós de livros técnicos e científicos estrangeiros, realçados entre estes os que interessam à administração. Em 1949, a edição brasileira desse relatório apresentou o sumário desse capítulo que, no documento original, é constituído por uma monografia sobre o assunto e de autoria de W. O. Lichtner.

“E’ bastante reduzida”, reza o sumário citado, “a importante literatura sobre a administração traduzida para o português e, destarte, acessível aos trabalhadores brasileiros. Entretanto, há livros representativos sobre a matéria, traduzidos para quinze ou vinte línguas.”

“Os princípios abrangidos pela administração científica constituem fundamento notório para a organização do trabalho nas principais nações industriais. O desenvolvimento e a aplicação dessas técnicas à execução de qualquer tarefa constituem o tema favorito de certos políticos e industriais de projeção mundial tais como Lenine, na Rússia; o Imperador Guilherme, na Alemanha monárquica; Herriot, de Freminville e Le Chatelier, na França e Mussolini, na Itália.”

“E’ evidente que o futuro industrial do Brasil não pode ficar à mercê do conteúdo de jornais, revistas e livros técnicos devotados quase inteiramente a soluções provisórias que não se fundamentam numa filosofia industrial objetiva”.

“Sugerimos não só a remessa e distribuição, às principais bibliotecas técnicas do país, de livros americanos sobre a administração científica, mas também a realização de traduções fidedignas das mais importantes obras sobre o assunto”.

E’ fato indiscutível a carência que Lichtner acusa. A literatura em português nesse campo é, aliás, mais falha e deficiente mesmo do que a maioria pensa. A sua tradução, porém, não foi e nem é um problema relegado ao plano das coisas secundárias. Há, realmente, abundância de argumentos que atestam a nossa preocupação de promover o reparo dessa lacuna em nossa bibliografia com a tomada de tôdas as providências ao nosso alcance com o intuito de fazer traduzir os trabalhos de estrangeiros de renome internacional interessados pelos assuntos de organização e

administração. E’ verdade que essas providências careceram até o momento de obediência a um plano que consultasse o objetivo social de criar as necessárias facilidades de instrução e aperfeiçoamento de que dependem nosso progresso técnico-cultural como também o econômico de editores particulares ou oficiais e da clientela em vista. Queremos apenas dizer que o programa de divulgação do livro técnico de mérito específico para a administração não se baseou na previsão dos meios indispensáveis ao sucesso do empreendimento ou, melhor, não levou em conta os requisitos financeiros e os instrumentos materiais e humanos exigidos para o cumprimento da tarefa. Por isso, as iniciativas de versão para nossa língua das obras dos eruditos de outros países em ciência e técnica de administração só com muito esforço poderão alcançar êxito e mesmo que êsse êxito seja alcançado êle será apenas parcial. Para realizar o intento, o Governco precisaria de dinheiro, organização e equipamento reservados para o desempenho da atividade de editora especializada. Na ausência desses elementos, êle só pode atender às solicitações nesse setor com uma margem muito estrita de satisfação. As empresas particulares, por outro lado, receosas de não encontrar público para seus livros de administração, adotaram para com os mesmos uma atitude de esquivaça, salvo certas e raras exceções. De uma maneira geral, sempre evitaram inverter capitais nesse ramo de publicações de custo elevado e procura precária.

Apesar de tudo isto, tanto o Governco como algumas entidades privadas procuram explorar o campo da tradução de livros de sumo interesse para o nosso aperfeiçoamento administrativo. Em 1943, por exemplo, o Serviço de Documentação do D.A.S.P., por iniciativa de seu diretor, o atual Senador Alfredo Nasser, procurou cobrir a falha, adquirindo na América do Norte os direitos autorais de várias obras cuja tradução e publicação no entanto não puderam ser realizadas pelos motivos invocados e também porque precisou afastar-se do serviço público, a fim de tratar de seus interesses particulares.

No setor privado — e quase na mesma época — duas grandes firmas ensaiaram colaborar com o órgão da Presidência nesse terreno de ação, fazendo, a título de experiência, o lançamento em português de algumas importantes obras sobre organização, economia, administração, etc., de autoria de americanos e ingleses.

Vale citar nesta oportunidade o esforço da Atlas Editôra S.A. que fez traduzir e distribuir os livros de Robson, Anderson, Dutton e Glazer entre outros. Seu projeto de criação de uma biblioteca especializada não foi, todavia, integralmente executado e, com a crise que solapou o mercado de livros, acabou desistindo do empreendimento em face, inclusive, das más perspectivas comerciais que, no setor, já se tornaram notórias com a falência de algumas editôras cujos encalhes constituíam severo libelo contra o emprêgo de dinheiro nesse ramo de indústria.

Em 1945 parecia estar definitivamente encerrado no país o período do livro técnico em causa; mas em 1946, ao assumir a direção do Serviço de Documentação do D.A.S.P., o Dr. Lopo de Carvalho Coelho desenterrou dos arquivos do órgão os planos de tradução e tomou tôdas as providências para que prosseguissem os trabalhos nessa esfera da moderna documentação.

Não perdendo de vista a necessidade de nos equipar com os instrumentos de estudo e orientação, instrumentos êstes que representam, em suma, a vasta experiência de outros povos na luta pelo aperfeiçoamento da administração, o D.A.S.P. continuou trabalhando pela divulgação, em nossa língua, dos resultados das pesquisas realizadas na América e na Europa, pelos estudiosos dos problemas que afetam êsse campo.

Assim é que, segundo a orientação estabelecida em 1943-1944 pelo Senador Alfredo Nasser

e em 1946-1947 pelo Dr. Lopo de Carvalho Coelho, o verdadeiro patrocinador do atual movimento em prol da divulgação da técnica administrativa estrangeira entre nós, já conseguiu o D.A.S.P. editar, em cooperação com a Atlas Editôra S.A. e o Instituto Progresso Editorial S.A., ambos de S. Paulo, "*Os Princípios de Administração Científica*" de Taylor e "*Normas para Catalogação de Impressos*", da Biblioteca do Vaticano e leva agora ao prelo, "*Problemas de Pessoaal*", de Merriam, e "*Técnica de Contrôlo Executivo*", de Schell, tendo publicado em série, nesta Revista, "*Os Princípios de Organização*" de Mooney e Reiley.

Não cessou aí o esforço do órgão da Presidência. "*Princípios e Problemas de Governo*", de Haines, "*Elementos de Ciência Política*", de Jacobsen e Lippman, "*Administração Dinâmica*", de Mary P. Follett e "*Introdução ao Estudo de Administração Pública*", de White, são outros livros que, já traduzidos, deverão entrar em fase de impressão logo que esteja concluída a revisão a que são submetidos.

Teremos, pois, em breve, uma modesta porém valiosa bibliografia técnica traduzida. O plano será, além disso, dentro em breve, ampliado. Antes do fim do ano próximo, se não falharem as previsões, as últimas obras citadas poderão ser obtidas pelos interessados com reais vantagens para a administração e para o governo do Brasil.

*
* *

O orçamento público, tal como apareceu no Brasil, sob forma altamente aperfeiçoada, no período compreendido entre os últimos anos da Colônia e os primeiros do Império, obedecendo a regras só muito mais tarde enunciadas e recomendadas pelos teóricos, é uma das resultantes da transplantação, nos princípios da nacionalidade, para o rudimentarismo das feitorias agrícolas, daquele aparelhamento político fino, completo e diferenciado, de que falam Oliveira Viana, Tavares de Lira, Max Fleiuss, Agenor de Roure e outros. Quando D. João VI transferiu a Côrte de Lisboa para o Rio de Janeiro, predominava a desordem nas finanças da Colônia. Conforme depõe o Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, no seu curioso livrinho *Sistema Financeiro do Brasil*, durante o regime colonial "o erário real... nunca soube o que arrecadou, nem o que despendeu em todo o Brasil; e, o que ainda mais maravilha, nenhuma das juntas de fazenda se achava habilitada para dar um balanço regular de suas limitadas transações de receber e pagar". Êsse estado de coisas exigia corretivo. D. João VI, mal chegado ao Brasil, manifestava inequivocamente o desejo de sistematizar a administração financeira da Colônia. — *Benedito Silva* — "R.S.P." de dezembro de 1944.